



Depois do fim do mundo anunciado para dezembro de 2012, entramos em 2013 preparando a continuação da XXV Assembleia Nacional Deliberativa, realizada de 15 a 18 de novembro em Belém do Pará. De 25 a 28 de janeiro, em Curitiba, discutiremos, em especial, nossa reforma estatutária, ponto não esgotado na primeira fase da AND.

O resultado da assembleia nos deu mais fôlego para continuar a mais longa e combativa campanha salarial de nossa história e do conjunto das carreiras estratégicas para o funcionamento do Estado.

Somente nos últimos dias de dezembro o governo (re) abriu as negociações com as categorias que haviam ficado fora do acordo de agosto. Vale lembrar que a proposta foi apresentada pelo governo às vésperas do fechamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e em meio a ofensas contra o funcionalismo, como a de proposta zero de reajuste porque “a prioridade eram os trabalhadores da iniciativa privada”, por não terem estabilidade, além de querer que a sociedade desprezasse a luta das carreiras de Estado por possuírem “sangue-azul”.

Por essas e tantas outras razões, os servidores federais não guardarão boas lembranças do ano que termina em relação ao governo Dilma Rousseff. No entanto, as contradições de sua gestão nas negociações da campanha 2012 acabaram por favorecer a unidade de todos nós não apenas na luta pela recomposição salarial. Unimo-nos, mais do que em outros momentos, pela aprovação de propostas como a PEC 555/06, que repara injustiças cometidas contra os direitos de quem já havia contribuído por toda sua vida profissional à Previdência Social.

O julgamento da Ação Penal 470, ou mensalão, colocou no ar a legitimidade da reforma da Previdência

de 2003, que instituiu a cobrança previdenciária dos inativos. O Sinal foi o primeiro sindicato a se manifestar publicamente pela reavaliação daquela reforma, gesto seguido por partidos e outras entidades, incluindo as centrais sindicais, que promoveram ato na Esplanada no início de dezembro pela anulação da reforma, agora questionada também no Judiciário por Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

A *Sinal Plural*, como seu próprio nome diz, tenta integrar os vários segmentos da comunidade Bacen, de servidores e celetistas aposentados aos dirigentes veteranos e aos jovens filiados do sindicato, como os que participaram pela primeira vez de nossa instância máxima. Esta edição, além de informações sobre as lutas do último trimestre, mostra as distorções econômicas e sociais pelas regiões do Brasil, como as do Norte. Não por acaso, a região, que ocupa 43% do território nacional - e apenas uma representação do BC, com 72 funcionários -, apresenta a menor inclusão financeira do país.

Com muita alegria, apresentamos nosso atleta André Valente, servidor do BC no Rio de Janeiro, que se prepara para a maratona de março na Cidade do Cabo, na África do Sul. Como ele, estaremos literalmente correndo atrás de uma melhor qualidade de vida para nós e toda a cidadania. Em 2013, ano em que completaremos um quarto de século de existência, reforçaremos, entre tantas outras lutas que nos aguardam, a defesa de um Sistema Financeiro Nacional mais adequado aos interesses da nação e do povo brasileiro.

A todos, um bom Novo Ano!

Sérgio Belsito
Presidente Nacional do Sinal



EXPEDIENTE

Revista Sinal Plural

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal)

Sede Nacional

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo
Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900
Brasília - DF | Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br | www.sinal.org.br

Diretoria Executiva Nacional Biênio 2011/2013

Presidência
Sérgio da Luz Belsito

Diretor de Comunicação
Gustavo Diefenthaler

Diretor Secretário
Júlio Cesar Barros Madeira

Diretora Financeira
Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Diretor Jurídico
Luiz Carlos Alves de Freitas

Diretor de Assuntos Previdenciários
Eduardo Stalin Silva

Diretor de Relações Externas
José Ricardo da Costa e Silva

Diretor de Estudos Técnicos
Edilson Rodrigues de Sousa

Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais
Iso Sendacz

Diretor Extraordinário de Qualidade de Vida
José Vieira Leite

Presidentes Regionais

Belém: Pedro Paulo Soares Rosa

Belo Horizonte: Bruno Colombo Figueiredo

Brasília: José Ricardo da Costa e Silva

Curitiba: Miguel Hostilio Silveira Vargas

Fortaleza: Julia Walesca

Porto Alegre: Alexandre Wehby

Recife: Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro: João Marcus Monteiro

Salvador: Eritácio da Silva Ribeiro

São Paulo: Aparecido Francisco de Sales

Equipe da Sinal Plural

Editora | Jornalista Responsável
Myrian Luiz Alves (MTb 26891/95 - SP)

Designer Gráfico
Michelle Callegario da Silva

Suporte
Edemilson Santos Tavares
Jorge Manoel Custódio Júnior

Ficha Técnica

Impressão
EDG - Editora Gráfica

Tiragem
4000 exemplares

Impresso em Papel Reciclado
Capa - 180gr | Miolo - 90gr

XXV AND

XXV AND, de Belém do Pará, vai prosseguir em Curitiba

6

FONACATE

Sinal integra nova Executiva do Fórum

9

CAMPANHA SALARIAL

Executivo sela acordo com funcionários do BC

10

SAÚDE

A solução terapêutica que vem da natureza

12

BRASIL

Apenas seis cidades concentram 25% do PIB do país

15

EDUCAÇÃO

Universidades públicas poderão ter cursos voltados à terceira idade

21

REGIME JURÍDICO ÚNICO

Reversão de Provisões para Imposto de Renda - IR

18

REGIONAIS

Banana para quem quiser e Grupo de Fortaleza

23

QUALIDADE DE VIDA

Velocidade x ansiedade

24

ARTIGO

O Congresso e o interesse do servidor do Banco Central

30

TURISMO

Ilha do Mel abriga histórias e belezas naturais

32

CULTURA

Novo CD de Neto Fagundes homenageia poetas regionalistas

35



Ainda sem estrutura de funcionamento, Funpresp já corria risco?

Nos últimos do já considerado maior julgamento do Supremo Tribunal Federal, envolvendo quase quarenta pessoas, entre elas autoridades políticas, banqueiros e publicitários, o Brasil passou a assistir a mais um escândalo relacionado a nomeações do governo Lula, ainda em atuação na atual gestão. Se a Ação Penal 470, ou mensalão, colocou em dúvida a legitimidade da reforma da Previdência de 2003, já que ela pode ter sido aprovada com compra de votos, a denúncia atual atinge um futuro-ex-conselheiro da recém-criada Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal (Funpresp), outro projeto que mobilizou o movimento sindical.

Um dos envolvidos na Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, que investiga um esquema de compra de pareceres, José Weber Holanda, número dois da Advocacia Geral da União (AGU), fora indicado poucos dias antes pela presidente Dilma para o conselho da nova fundação.

Conforme noticiou a *Folha de S.Paulo* de 1º de dezembro, Weber, já exonerado da AGU, tinha poderes de substituição do advogado-geral, Luís Inácio Adams, desde julho de 2010.

Nesse período, ele assinou mais de cem atos, a maioria envolvendo pessoal; 34 deles estavam rela-

cionados a nomeações para cargos na AGU e 18 de exoneração, assim como de permissão para aposentadorias e declarações de vacância de cargo. Até algumas horas antes da reportagem, Adams afirmara que Weber “não tinha poder de decisão” na AGU.

A denúncia e os desdobramentos da operação trazem novamente à discussão o critério para nomeações políticas em postos de riscos, como os das agências reguladoras, tema recorrente a cada denúncia que atinge o governo federal. A operação, que investiga esquemas de favorecimento de interesses privados em processos públicos, envolveu até o momento, além da AGU, a Antaq, Anac, TCU, Correios, Secretaria do Patrimônio da União, Correios e o Ministério da Educação.

Registra-se que a Presidente da República exonerou ou afastou todos os servidores envolvidos.



Do Norte ao Sul

XXV AND, de Belém do Pará, vai prosseguir em Curitiba



Como o tema “Alterações Estatutárias” não foi esgotado em novembro, a plenária aprovou a continuação da Assembleia Nacional Deliberativa. Por decisão do Conselho Nacional, ela acontecerá na capital paranaense, entre 25 e 28 de janeiro.

A primeira fase da AND reuniu 82 delegados; 25 deles participando pela primeira vez da instância máxima do Sinal, realizada a cada dois anos. A abertura, na manhã do dia da República, 15, contou com a presença dos deputados federais Amauri Teixeira (PT-BA), Cláudio Puty (PT-PA) e o deputado estadual Carlos Bordalo, do PT paraense, e do chefe do Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão

do Banco Central, Adalberto Felinto da Cruz Júnior, representando o diretor de Administração, Altamir Lopes, que lançava, naquele dia, moeda comemorativa na Cidade de Goiás.

Precedida do Fórum Valorização das Regionais (Isso é QVT!), nos dias 13 e 14 de novembro em Belém, a assembleia também debateu intensamente “Valorização das Regionais” (ponto central) e “Política Salarial”.

Por quase dois meses antes do encontro, críticas e propostas inseridas por colegas no blog especialmente criado para a AND foram selecionadas e sistematizadas pelos grupos coordenadores dos temas.



O relatório do grupo responsável pelo ponto central apresentado no fórum conteve inicialmente 94 propostas, entre elas, boa parte tratava da importância do reconhecimento do trabalho do servidor nas representações regionais do BC; outras pediam isonomia no atendimento do PASBC nas regiões Norte e Nordeste, e em viagens de associados e seus dependentes pelo país.

Maior inclusão pede maior número de funcionários

A iniciativa do governo de ampliar a inclusão financeira dos cidadãos é vista como contraditória na medida em que, até o momento, a atual gestão não emitiu sinais de aumentar o quadro de funcionários nas seções regionais, algumas localizadas em capitais distantes do centro-Sul do país, como a de Belém, a mais fragilizada pelo modelo centralizador adotado pelo BC no final da década de 1990.

Recentemente, por exemplo, toda a direção do banco, com a presença do governador do Rio Grande do Sul, e os ministros das Comunicações e do Desenvolvimento Social, participou da abertura do IV Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, em Porto Alegre.

Entende-se que o destaque dado a esse evento prova o papel fundamental da autarquia na manutenção fi-



nanceira do Estado e comprova que o BC busca maior integração junto à população. Para isso, é preciso ampliar o quadro funcional do BC. Em Belém, capital do estado com a segunda menor inclusão financeira do país, são apenas 72 funcionários, podendo chegar a 59 em dois anos, em decorrência de aposentadorias. Portanto, a “intenção” do governo de buscar maior inclusão, também a partir de uma maior proximidade com os cidadãos, exige mais respeito ao profissionalismo dos servidores lotados nas regionais. Um bom começo seria agilizar a descentralização do processo decisório em Brasília.

Junto à “descentralização”, uma das questões mais aprofundadas na AND foi o retorno entre as prio-

riedades do sindicato da defesa da regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional. O Sinal, que completará 25 anos em outubro, sempre defendeu o projeto de um Sistema Financeiro Cidadão, voltado





aos interesses da população e do desenvolvimento nacional.

Entre as ideias surgidas na assembleia, projetos de iniciativa popular, como o que originou a lei da ficha limpa, ou a ampliação da luta pela regulamentação, e até mesmo o aperfeiçoamento do artigo, após 24 anos de sua apresentação, mereceram destaque para compor a linha de frente da atuação sindical nos próximos meses.



Um dos convidados, o ex-chefe do Departamento de Gestão de Pessoas (Depes), Josias Nunes Barreto, parabenizou o Sinal e os delegados por discutirem não apenas melhorias das condições de trabalho da categoria, como por lutarem por um modelo de BC mais adequado aos interesses do país. Ele acredita que a Administração deve avaliar as propostas apresentadas, já que, na verdade, elas partem dos servidores, que defendem a melhoria do sistema administrativo do Bacen.

Da mesma forma, o professor Mário César Ferreira, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Setor Público da Universidade de Brasília (ErgoPublic-Unb), elogiou a escolha do tema central da assembleia que ao alia o reconhecimento da categoria, por meio da valorização dos servidores, à defesa de um sistema financeiro mais afeitos às necessidades dos cidadãos brasileiros.

“O Sinal vai na vanguarda porque supera a tradição e a hegemonia do ‘fazer sindical’ com foco no economicismo salarial”, concluiu Ferreira, que colaborou nas discussões do fórum e da assembleia no ponto “Valorização das Regionais”.

VAMO-QUI-VAMO

Cleide Napoleão/Aposentada BC-SP

Outra boca que fala
Em problema e solução
Outra opinião, que bom

Um denominador comum encontrar
Política é a arte de se aliar
Somar, multiplicar...

Essa que tá aí, deixou de atrair
Partidos tão partidos, que mal
No supermercado eleitoral

Mil promessas quase sempre iguais
Nas prateleiras, a desencorajar
A confundir e poluir o nosso olhar

Façamos o bem ao cidadão, eleitor
A palavra chave é união, trabalhador
E o primeiro ato da boa política
Fazemos no Sindicato

Vamos sublinhar, enaltecer
Tudo aquilo que nos une
Estamos todos no mesmo time
E VAMO-QUI-VAMO!!!!...



Sinal integra nova Executiva do Fórum

Na quarta-feira, 12 de dezembro, foram eleitos, em Assembleia Geral Nacional, a nova Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) para o triênio 2013-2015.

Roberto Kupski, secretário-geral na gestão anterior, presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), é o novo presidente. O presidente nacional do Sinal ocupará a 4ª Vice-Presidência e a diretoria de Relações Institucionais do colegiado.

A reunião discutiu a minuta do projeto de Lei de Greve do Serviço Público elaborada por um grupo temático do fórum, baseado em pontos já aprovados na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aborda além do Direito de Greve, a importância da mesa de negociação e a liberdade para o exercício classista.

Para debater o tema, foi convidado o deputado federal Roberto Policarpo (PT-DF), autor de projeto apresentado em novembro na Câmara. Segundo ele, o assunto deve entrar em discussão no início do ano legislativo.

Ao conhecer os pontos que preocupam as carreiras de Estado, como definir a mesa de negociação, o mandato classista e a data base dos servidores, Policarpo disse que acredita que são itens que realmente devem ser abordados num projeto final, e na oportunidade pediu para receber cópia do projeto do Fórum e se colocou à disposição para debater mais o assunto. “A gente não pode permitir que saia um projeto que venha a restringir o direito de greve”, concluiu o deputado.

Após a última revisão que será feita para retificar alguns pontos no projeto, a Diretoria Executiva do

Fórum irá entregar a minuta para parlamentares no Congresso Nacional.

Valorização – Já que valorização das Carreiras é uma das metas da nova Diretoria do Fonacate, foi nesse eixo que o deputado João Dado (PDT/SP) fez seu discurso ao participar da posse dos membros eleitos. “Estamos perdendo o jogo político. Recentemente vivemos a criação da Funpresp, que vai resultar na desvalorização de todos os servidores que recebem acima do teto do INSS, e já tivemos reformas anteriores que nos tiraram importantes conquistas históricas”, alertou João Dado.

Diretoria Executiva

Presidente

Roberto Kupski (Febrafite)

1º Vice-Presidente (Financeiro)

Marcos Leôncio Sousa Ribeiro (ADPF)

2º Vice-Presidente (Adm. e Patrimônio)

Álvaro Sólon de França (Anfip)

3º Vice-Presidente (Comunicação)

Rafael de Sá Marques (AACE)

4º Vice-Presidente (Rel. Institucionais)

Sérgio da Luz Belsito (Sinal)

Secretário-Geral

Rudinei Marques (Unacon Sindical)

Conselho Fiscal

Conselheiro Titular: Rosangela Silva Rassy (Sinait)

Conselheiro Titular: Paulo Roberto D’Almeida (Adepol)

Conselheiro Titular: Eduardo Rodrigues da Silva (Assecor)

Conselheiro Suplente: Célio Fernando de Sousa Silva (Fenafim)

Conselheiro Suplente: Leonardo Wainstok (SindCVM)

(Informações: Ascom/Fonacate)



Executivo sela acordo com funcionários do BC

Após quase seis meses de intensa negociação, chegou ao fim na segunda-feira, 17 de dezembro, a combativa campanha salarial dos servidores do Banco Central do Brasil. O Sinal e Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento (SRT/MPOG) assinaram acordo para incluir a categoria no reajuste de 15,8% dividido em três anos, conforme proposta do governo apresentada em agosto à maioria dos trabalhadores do serviço público.

Na Assembleia Geral Nacional do sindicato de 7 de dezembro, 93% dos quase 1.800 participantes aprovaram a sugestão do Conselho Nacional de “concessão de reajuste no subsídio dos Especialistas do BCB nas mesmas datas e em patamares não inferiores aos concedidos às Carreiras de Gestão Governamental, observados nas correspondentes tabelas de subsídios, anexas ao PL 4371/2012”. Em agosto, para recordar, a categoria recusara a proposta colocada pelo gover-

no praticamente na véspera do fechamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias no Congresso. E isso depois de declarar diversas vezes, oficialmente nas mesas de negociações, ou à imprensa, de que em 2013 o reajuste seria zero e tentar várias formas de antipatizar os servidores, em especial as carreiras estratégicas ao Estado, chamando-os de “sangue-azul” à “privilegiados pela estabilidade”. Ao optar por esse comportamento,



contrário à democracia fundamental nas negociações sindicais, o Executivo ajudou a promover uma unidade histórica do funcionalismo. Deixando de lado divergências pontuais, os servidores brasileiros mostraram sua



força e consciência e paralisaram, por três meses, vários setores.

A partir do envio da LDO ao Executivo, que fechou suas portas à negociação, a luta passou a ser pela (re) abertura de negociações. As direções sindicais buscaram todos os canais no Legislativo, e em outras frentes, para garantir o direito ao reajuste, a partir da inclusão de direitos em emendas ao projeto de lei.

Apoiado nos indicativos de várias AGNs feitas ao longo do segundo semestre para a inclusão na categoria no Projeto de Lei 3147, que trata do reajuste ao funcionalismo, o Sinal atuou na Capital Federal e nos estados. Criou um Grupo de Trabalho, coordenado pela Secretaria Nacional de Relações Externas, que, sozinho, ou junto com outras direções sindicais, não deu trégua aos congressistas. Esses, conscientes do trabalho estratégico das carreiras que haviam ficado de fora do acordo, como a do corpo funcional do BC, articularam seus contatos junto ao Executivo em apoio à luta pela reabertura das negociações.

Além das reuniões específicas da SRT com as direções sindicais, muitas conversas com autoridades do Executivo, audiências públicas nas comissões da Câmara dos Deputados, uma série de ofícios à Diretoria do Banco Central, ou, ainda, uma reunião do Ministério do Trabalho com a Secretaria-Geral da Presidência da República, nota pública assinada por seis centrais sindicais, foram necessárias para tocar a sensibilidade do Planalto com as carreiras estratégicas de Estado. Seguindo orientações do secretário de Relações de Trabalho do Planejamento, Sérgio Mendonça, as categorias, então, fizeram novas as-



sembleias e aceitaram a assinatura de acordo que as inclui no reajuste dos 5-5-5.

Restitui-se o direito inalienável dessas carreiras à recomposição salarial, embora em bastante defasagem em relação aos 24% de perdas acumuladas desde 2008.

A partir de aprovação de projeto de alteração da lei orçamentária no final de dezembro, os 5% da primeira parcela do reajuste deverão estar valendo em janeiro. Se ocorrer algum atraso por conta de trâmites burocráticos, a inclusão será retroativa.

A solução terapêutica que vem da natureza



A fitoterapia ((do grego *phyton* = vegetal e *therapeia* = tratamento) é a ciência que envolve a utilização de plantas medicinais para ajudar a prevenir ou tratar várias doenças.

Historicamente, a fitoterapia surgiu na China, por volta de 3.000 a.C., quando o imperador Cho-Chin-Kei descreveu as propriedades do ginseng e da cânfora. Em nosso continente, as primeiras informações ocorrem com as colonizações portuguesa e espanhola, sobre os hábitos indígenas com as plantas medicinais.

Em carta datada de 1º de maio de 1500, escrita em Porto Seguro, ilha de Vera Cruz, Pero Vaz de Caminha descreve em um dos trechos: “Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhamé, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios

que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos”.

Castanha-do-pará

A castanha-do-pará ou castanha do Brasil é uma árvore muito grande, majestosa e frondosa, alcançando frequentemente uma altura de 50 metros e mais de dois metros de base. O fruto da castanheira é chamado de ouriço e no seu interior abriga, em média, 18 amêndoas. Para a retirada das amêndoas é preciso quebrar o ouriço, que tem uma casca muito dura e não abre espontaneamente.

Uma árvore adulta produz em média 125 litros de castanha (em média 45 sementes/litro). A semente descascada possui cerca de 70% de óleo, na prensagem mecânica (sem a utilização



de solventes) retira-se 40% desse óleo, ou seja, cada castanheira pode produzir até 50 litros de óleo.

Popularmente a amêndoa da castanha é muito utilizada como ingrediente na culinária e na fabricação de doces. Seu valor protéico, bastante expressivo, é de 18%, comparado como “carne vegetal”, sendo que o consumo de duas amêndoas equivale o valor protéico de um ovo.

O leite da castanha, semelhante ao leite de coco, é usado no preparo de pratos típicos regionais. O óleo da castanha é aplicado nos cabelos para, em contato com o sol, clareá-los. É utilizado por adolescentes e gestantes na prevenção de estrias. O preparo de um chá (deixando água por algumas horas dentro do ouriço) é considerado um ótimo remédio para hepatite, anemia e problemas intestinais.

O óleo de castanha é altamente nutritivo, contendo 75% ácidos graxos insaturados compostos, principalmente, por palmítico, oléico e linoléico, além do fitoesteróis sistosterol e as vitaminas lipossolúveis A e E. Extraído da primeira prensagem pode se obter um azeite extra-virgem, podendo substituir o azeite de oliva por seu sabor suave e agradável e utilizado em saladas e refogados.

A castanha é uma rica fonte em magnésio, tiamina e possui as mais altas concentrações conhecidas de selenio (126 ppm), com propriedades antioxidantes. Algumas

pesquisas indicaram que o consumo de selênio está relacionado com uma redução no risco de câncer de próstata e problemas de tireoides.

As proteínas encontradas são muito ricas em aminoácidos sulfurados como cisteína (8%) e metionina (18%) e a presença desses aminoácidos (methionine) melhora a adsorção de selênio e outros minerais.

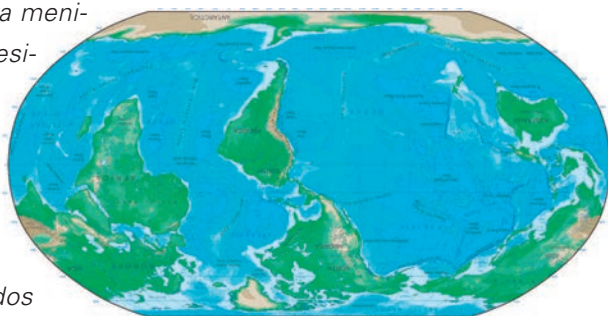
A indústria cosmética emprega o óleo de castanha por suas propriedades antirradicais livres, antioxidantes e hidratantes nas formulações antiaging, que previne o envelhecimento cutâneo e é considerado um dos melhores condicionadores para cabelos danificados e desidratados.

(Informações: Universidade Federal do Pará e Conselho Brasileiro de Fitoterapia)



Desigualdades regionais: uma questão de ângulo?

Em uma das tiras da Mafalda, do argentino Quino, a menina símbolo dos anos 60 diz que o problema da desigualdade mundial estaria no ângulo com que se vê os hemisférios norte e sul, bastando então olhar o globo ao contrário. Parece ser essa também a cruel realidade no país. É gritante a desigualdade socioeconômica entre os municípios das regiões Norte e Sul. Em meio a isso, impera a irresponsabilidade dos que disputaram as gestões das cidades nas eleições 2012.



Quase 100% das cidades mais pobres estão do “lado de cima”

Nada menos que 96,4% das 500 piores cidades concentram-se no Norte e Nordeste. O Sul e Sudeste abrigam 90,8% das 500 melhores. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (FDM), divulgado em dezembro, aponta que o desafio desta década é levar o desenvolvimento para os extremos do Norte, região que apresenta apenas dois, entre seus 449 municípios, com alto desenvolvimento. No Nordeste, 67% das cidades apresentam desenvolvimento baixo ou regular.

A professora Tatiane Menezes, da Universidade Federal de Pernambuco, explica que programas de transferência de renda reduziram

a miséria, mas não resolveram a questão da desigualdade.

Em 2002, por exemplo, 60% dos pobres viviam no Nordeste, índice que caiu para 50% em 2012, mas “há um longo caminho a ser percorrido”, alertou, acrescentando que é preciso investir mais em “educação, que é o que dá acesso a melhores empregos, melhores condições de vida”.

Do outro lado do mapa, o Sul possui a menor desigualdade entre os municípios: 97,2% têm desenvolvimento moderado ou elevado. Onze anos atrás, o índice era de 55,1%. Por sua vez, o Sudeste, embora apresente desigualdade,

conta com 86 dos cem primeiros municípios em análise.

O estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostra ainda que metade da força do trabalho formal do país está empregada em 1% das cidades. Enquanto isso, seis das que mantêm desenvolvimento baixo concentram apenas 3.200 empregos formais. São elas: Jordão (AC), São Paulo de Olivença (AM), Tremendal (BA), Bagres, Porto de Moz (PA) e Fernando Falcão (MA). Se 40% das crianças do Brasil estão em creches, nesses municípios o índice é de 25%. O IFDM considera dados de saúde, educação, emprego e renda.



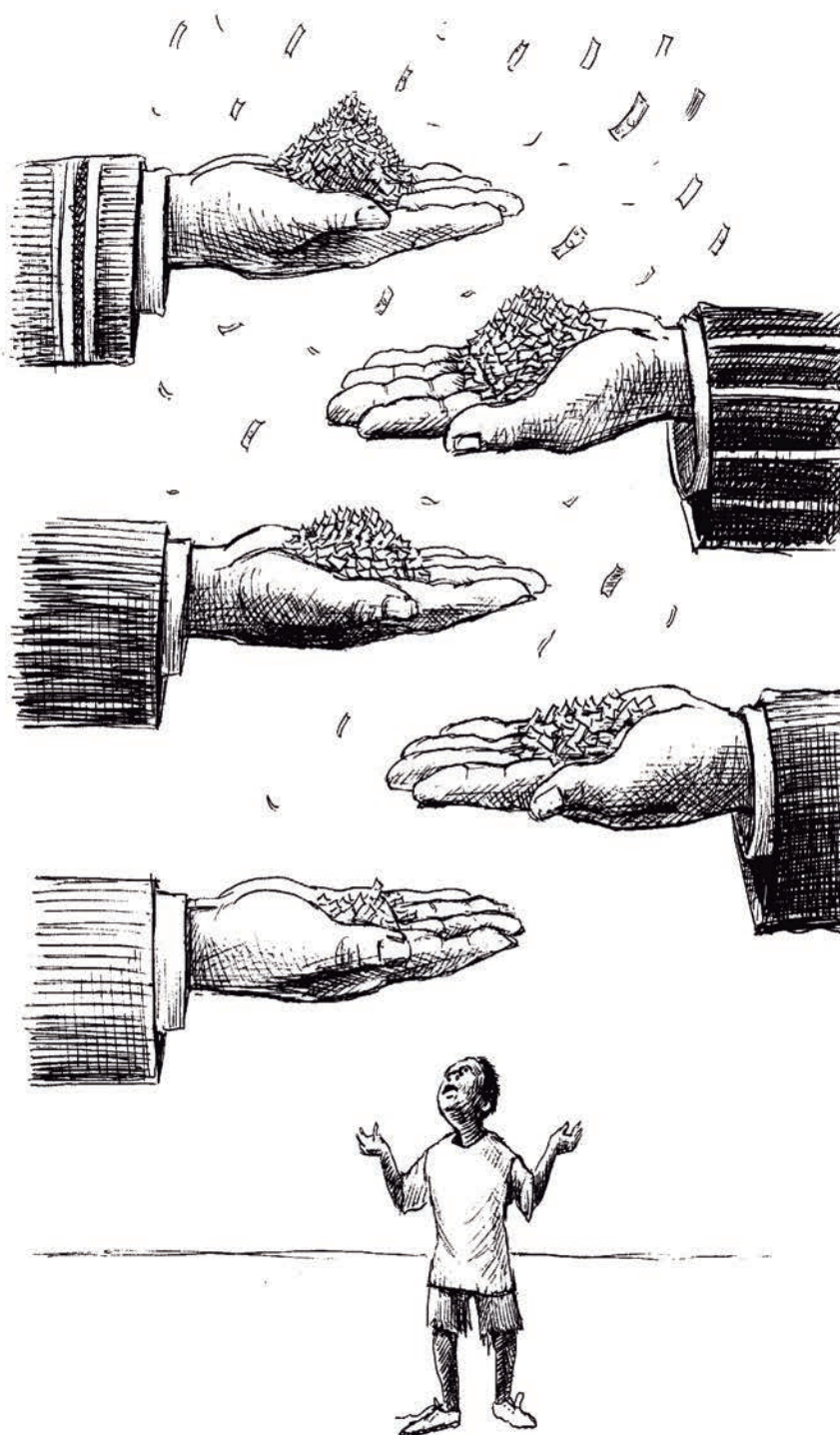
Apenas seis cidades concentram 25% do PIB

Apenas seis capitais do país concentravam 25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010, uma a mais do que em 2009. Em 2010, a lista era composta por São Paulo com participação de 11,8% no PIB, Rio de Janeiro (5%), Brasília (4%), Curitiba (1,4%), Belo Horizonte (1,4%) e Manaus (1,3%), ausente no *ranking* de 2009.

Os dados são do PIB dos Municípios e foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 12 de dezembro. Desde 2006, não há alternância nas primeiras posições. Juntas, essas cinco capitais possuíam um peso menor na população (13,7%) do que na economia. A pesquisa do IBGE mostra ainda que metade da economia brasileira se concentra em um grupo de 54 municípios.

Na outra extremidade, 1.325 cidades representavam apenas 1% do PIB. Nesta faixa, estavam 75% das cidades do Piauí, 61,4% das da Paraíba e 50,9% das do Rio Grande do Norte.

Nas seis maiores economias municipais, o setor de destaque e de maior peso era do de serviços, exceto em Manaus, onde há um equilíbrio com a indústria graças à zona franca. Esse grupo de cidades praticamente não mudou seu peso relativo. São Paulo oscilou de 11,9% em 2006 para 11,8% em 2010. No Rio, o percentual variou mais, de 5,4% para 5%.





Brasil fica à frente apenas do Paraguai em alta do PIB

O país termina 2012 na lanterna do crescimento da América do Sul. Com o impacto da crise financeira na indústria e a queda dos investimentos produtivos, nossa economia teve expansão de 1,2%. O Paraguai, que enfrentou a seca e encolheu 1,8%, teve desempenho pior ainda, avaliam os especialistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Para o ano novo, a projeção para o Brasil é de um aumento de 4% do PIB, baseado em medidas polêmicas anunciadas pelo governo, a exemplo da desoneração da folha

de pagamento para alguns setores, queda da taxa de juros e a desvalorização em mais de 30% na taxa de câmbio. O mercado financeiro, por sua vez, avalia que o país fecha 2012 com um crescimento de 1,03%. Em 2013, o patamar poderá ser de 3,5%.



Doações eleitorais difíceis de rastrear

O site *Congresso em Foco* mostrou em dezembro que entre os R\$ 212,5 milhões arrecadados nas campanhas eleitorais, apenas R\$ 53,6 milhões foram de doadores identificados. O valor está relacionado aos vitoriosos das 26 capitais. E, novamente, neste caso, é realçada a diferença Norte-Sul.

Oito dos 26 prefeitos eleitos nas capitais apresentaram 90% de receitas ocultas: Firmino Filho (PSDB) – Teresina; Zenaldo Coutinho (PSDB) – Belém; Mauro Nazif (PSB) – Porto Velho; Alcides Bernal (PP) – Campo Grande; e Fernando Haddad (PT) – São Paulo, eleitos no segundo turno. Mas, no primeiro turno, Teresa Surita (PMDB) – Boa Vista; José Fortunati (PDT) – Porto Alegre; e João Alves Filho (DEM) – Aracaju também tiveram 90% da “arrecadação” oculta. São assim consideradas as doações de empresas transferidas pelos comitês eleitorais ou diretórios dos partidos, que entregam o dinheiro ao candidato.

Ou melhor, os diretórios e comitês são obrigados a informar os doadores, no entanto, é praticamente impossível rastrear a origem do dinheiro, o que facilita aos empresários, por exemplo, não terem suas identidades ligadas a políticos. Os dados estão disponíveis no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).





Universidades públicas poderão ter cursos voltados à terceira idade

Projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovado em dezembro pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), seguiu para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será analisada em caráter terminativo.

De acordo com o projeto de lei do Senado (PLS 344/2012), as instituições de ensino superior públicas deverão oferecer os cursos, na perspectiva da educação permanente, por meio de atividades formais e não formais, tanto no modo presencial como a distância.



Para isso, a proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996). Na justificativa do projeto, Cristovam argumenta que o percentual de idosos na população tem aumentado progressivamente, bem como a sua escolarização. Muitas universidades, observa, são sensíveis a tal realidade e já oferecem cursos de diversos tipos abertos à terceira idade. *(Informações da Agência Senado)*

Escola pública da zona rural do Piauí desbanca 5 mil instituições do país

A Escola Estadual Augustinho Brandão, única do município de Cocal dos Alves, teve o melhor desempenho entre as escolas que atendem alunos com renda familiar de até um salário mínimo no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011. Com média superior à nacional, a escola desbancou 5 mil instituições públicas e privadas do país. O número representa 55% do total das escolas que tiveram o resultado divulgado em novembro pelo Ministério da Educação. Ela é a melhor escola estadual entre as 198 do estado. No *ranking* do país, com 10.076 escolas (que

inclui alunos de todos os níveis socioeconômicos), ficou na 4.160 posição.

“Só a gente acreditava no nosso trabalho”, disse a diretora e supervisora, Kuerly Brito de 34 anos. “Com grande aprovação nos vestibulares, temos ex-estudantes hoje psicólogos, fisioterapeutas e professores. Dois cursam pós-graduação em Teresina e Fortaleza”, comemora. Criada em 2003, em 2011 a escola ganhou nova sede, com modernas instalações. É a construção mais bonita da cidade, a 260 km de Teresina.

Reversão de Provisões para Imposto de Renda - IR

No dia 8 de novembro de 2012, a Centrus trouxe a público, por meio do Comunicado 2012/11, que estava concluindo estudos com vistas à reversão, até o final de 2012, das provisões para Imposto de Renda constituídas nos exercícios de 2000 e 2001.

Naquele comunicado, a Fundação informa que os valores das provisões revertidas a título de complemento da remuneração creditada nos referidos anos terão como destinatários o próprio plano de benefícios dos celetistas que permaneceram a ele vinculados, o patrocinador Banco Central do Brasil e os ex-participantes do plano vinculados ao Regime Jurídico Único - RJU que mantiveram saldos de fração patrimonial sob administração da Centrus no mesmo período em que constituídas as provisões.

Tratando-se de medida de interesse de expressivo número de associados, e considerando a existência de informações desconstruídas a respeito do assunto, o Sinal solicitou à Fundação maiores detalhes sobre a citada reversão e destinação dos correspondentes recursos, cujos esclarecimentos estão detalhados a seguir:





I - o que é a reversão de provisão para Imposto de Renda?

Primeiramente, é necessário entender em que consiste a provisão para Imposto de Renda.

A Centrus obteve, em 1995, em ação judicial movida contra a União, a imunidade tributária relacionada ao Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras por ela realizadas. A União, no entanto, ingressou com ação rescisória contra essa decisão, em processo que se estendeu até 2010 e que resultou desfavorável à Fundação. Nesse período, com a edição da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, a Centrus ficou desobrigada do recolhimento do Imposto de Renda relacionado às aplicações financeiras realizadas a partir de janeiro de 2002.

Para o período entre 1992 e 2001, em face da incerteza quanto à manutenção da imunidade tributária discutida no processo contra a União, a Fundação decidiu constituir provisões correspondentes aos valores de Imposto de Renda que incidiriam sobre as aplicações financeiras realizadas à época e que poderiam ser exigidos pela Secretaria da Receita Federal.

Não tendo havido lançamento fiscal relativo ao Imposto de Renda dos anos de 1992 a 2001, e diante da fluência do prazo decadencial, a Centrus decidiu então pela reversão das provisões constituídas a cada ano. Assim se procedeu em relação às provisões de 1992 a 1999, revertidas nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2003, 2004 e 2005.

Agora, o que se busca é a reversão dos valores do Imposto de Renda provisionados sobre as aplicações financeiras realizadas nos exercícios de 2000 e 2001 e em janeiro de 2002 (complemento), pelas mesmas razões que motivaram as reversões anteriores. Note-se que, a partir de 2002, a Centrus não mais constituiu provisões relacionadas ao tributo, por ter ficado desobrigada desse encargo.

II - qual será o destino do produto dessa reversão?

Como nos processos anteriores, os valores provenientes da reversão das provisões para Imposto de Renda serão destinados ao plano de benefícios dos celetistas e aos detentores de frações patrimoniais patronal (patrocinador Banco Central) e pessoal (ex-participantes RJU).

III - porque a reversão inclui como destinatários o Banco Central e os ex-participantes RJU?

As provisões para Imposto de Renda, quando constituídas, implicaram a realização de despesas da Fundação e reduziram a rentabilidade mensal creditada às frações patrimoniais mantidas na Centrus. Ao se promover a reversão dessas provisões em favor também do Banco Central e dos ex-participantes, está-se recompondo a remuneração das frações patrimoniais que deixou de ser creditada à época. É por essa razão que o valor destinado a cada um é proporcional aos saldos registrados nos meses em que foram constituídas as provisões.

Note-se que a reversão não pode ser confundida com revisão do valor das frações patrimoniais creditadas ao patrocinador Banco Central e aos ex-participantes. O processo que cuidou dessa matéria se encerrou em novembro de 1998, quando foram revistos os valores creditados a cada parte em junho de 1997.

A reversão das provisões resulta, portanto, na complementação dos rendimentos que, pela metodologia empregada à época, deixaram de ser creditados nos saldos das frações mantidas na Centrus.



IV - qual o montante que caberá aos ex-participantes RJU?

Do montante das reversões, serão destinados aos ex-participantes R\$ 12,2 milhões, em valores de outubro de 2012. Esse saldo ainda será atualizado até a data da reversão (31 de dezembro de 2012).

De acordo com cálculos preliminares realizados pela Fundação, a distribuição entre os ex-participantes terá a seguinte configuração:

- I - 5.676 ex-participantes receberão até R\$ 500,00;
- II - 854 com direito entre R\$ 500,01 e R\$ 10.000,00;
- III - 368 receberão mais de R\$ 10.000,00.

O primeiro grupo é constituído basicamente por ex-participantes que, no período de 2000 a 2001, mantiveram na Centrus apenas as doze primeiras contribuições, enquanto o terceiro é formado por ex-participantes que não movimentaram ou realizaram resgates de pequena monta nas suas frações patrimoniais.

Cabe também observar que os valores creditados aos ex-participantes serão submetidos à tributação do Imposto de Renda na fonte, mediante aplicação da tabela progressiva.

V - como e quando será efetuado o crédito aos ex-participantes RJU?

O processo para liberação dos créditos consiste em:

I - promover a reversão dos valores provisionados mensalmente e apurar os montantes globais a serem atribuídos aos respectivos destinatários (plano de benefícios, patrocinador Banco Central e ex-participantes);

II - dividir os valores destinados aos ex-participantes na proporção dos respectivos saldos de fração patrimonial mantidos na Centrus à época;

III - submeter o processo à certificação das auditorias interna e externa;

IV - enviar correspondência aos ex-participantes informando o valor, a data e a forma de liberação dos créditos;

V - efetivar os créditos líquidos em favor dos destinatários, depois de apurado e retido o Imposto de Renda devido.

A conclusão do processo de reversão se dará no encerramento do exercício de 2012, com previsão para efetivação dos créditos no início do ano de 2013.

VI - essa reversão é referente ao Imposto de Renda sub judice?

Não. São fatos totalmente diferentes. A reversão da provisão que ora se discute diz respeito, conforme já dito, à incidência desse tributo sobre as aplicações financeiras realizadas pela Centrus nos exercícios de 2000 e 2001. Nada tem a ver com os processos judiciais iniciados pelos ex-participantes ou por seus representantes (Sinal, Sindsep), nos quais se discute a incidência do Imposto de Renda sobre os resgates de fração patrimonial.





Grupo *Yayoflautas*, com 1.100 “avôs”, soma-se às manifestações na Espanha

Em várias cidades do país, os *yayos*, antigos resistentes contra o franquismo resolveram engrossar as “brigadas” pacíficas contra os cortes de gastos públicos em meio à crise econômica europeia.

O grupo não faz cerimônia: invade bancos, a Bolsa, sempre com apitos ou cantando. Somente no primeiro semestre foram 1.165 manifestações em Madri. A partir de agosto, ocorreram pelo menos 10 protestos por dia.

“Lutamos durante 30 anos para ter um sistema de saúde e educação de qualidade, para ter um sistema de ajudas sociais, e agora nos arrebatam isso? Não podemos permitir. Lutei contra a ditadura, corri dos “grises” (policiais do regime de Franco, que usavam fardas cinzas, ou gris). Tinha 20 anos. Agora, com 65, não cruzarei os braços”, conta a manifestante Pilar.

Praticam “desobediência civil” pacífica em lugares que eles entendem como de injustiça social. Um dos



fundadores do grupo, Celestino Sánchez, de 62 anos, diz que “a sociedade tem a tendência de afastar os idosos. Com o movimento dos *yayos*, mostramos que temos possibilidade e capacidade de fazer o que queremos, e que os medos podem ser controlados”.

Atuando na Catalunha, Sánchez integra, com os *Yayoflautas*, o Movimentos dos Indignados ou Toma a Praça. “Protestamos porque não queremos que nossos filhos vivam pior que nós”, diz.

União Europeia terá supervisor bancário único



Em mais uma tentativa de estabilização da economia nos países do euro, os ministros de Finanças estabeleceram acordo para a criação de um supervisor bancário único. O anúncio se deu em 13 de dezembro, após 14 horas de negociações. A supervisão, segundo o ministro das Finanças da Alemanha, Wolfgang Schäuble, será do Banco Central Europeu (BCE). O sistema entrará em operação no dia 1º de março de 2014.

Banana para quem quiser

José Valério Silva/Aposentado do BC-RJ

Sou amigo do Claudio Banana há mais de 40 anos. Com certeza, é uma das figuras mais queridas e respeitadas que já passaram pelo nosso Banco Central. Depois de aposentados, decidimos participar do Grupo de Estudos do PASBC, no sentido de colaborar para a melhoria e a preservação do nosso Programa de Saúde, e também como forma de nos mantermos em atividade.



"Claudio Banana"

Em uma de nossas conversas, contei a ele minha decisão de realizar um antigo sonho: o de escrever e publicar as "histórias" que sempre habitaram minha imaginação. E ele me surpreendeu, ao confessar que já iniciara a realização do sonho dele: aprender a tocar acordeom. Éramos dois sexagenários em busca de sonhos. Um ano depois publiquei um livrinho no qual contava seis pequenas histórias. Mais tarde, aceitei o desafio de assumir uma coluna semanal, aonde vou escrevendo minhas historinhas, enquanto durar a boa vontade dos colegas leitores.

E o meu dileto amigo não fez por menos. Batalhou pelo seu sonho, com a disposição dos que vão conseguir. Quando a sanfona percebeu tal determinação, rendeu-se a ele, nota após nota. E onde melhor poderia coroar seu belo sonho, se não no consagrado "EM CANTO" *?



"EM CANTO 2012"

*O EM CANTO é o show anual de funcionários do Banco Central, realizado sempre no auditório do edifício da Avenida Presidente Vargas, no centro carioca. Claudio Oliveira, de 67 anos, carinhosamente chamado Claudio Banana, integra o Grupo do Rio do PASBC.

Grupo de Fortaleza

Unidos pela amizade construída ao longo das décadas de trabalho, aposentados da fiscalização do Banco Central criaram um grupo que se reúne regularmente desde 1998. No período da fiscalização in loco, foram muitas as viagens em conjunto, algumas com mais de 30 dias de duração.

Após a aposentadoria, resolveram manter essa ligação. Todas as primeiras sextas-feiras do mês almoçam juntos para “trocar figurinhas”. Nesses momentos, histórias de viagens são lembradas, algumas folclóricas.

Dimas Soares, que iniciou seu trabalho no BC em Belém do Pará e se aposentou em Fortaleza, conta que o grupo “é capitaneado por Edson Marinho ou pelo Maia”. Sempre com o apoio do Sinal Fortaleza, são eles os responsáveis pela escolha do local do almoço.

“A senhorita Gerlane, exímia secretária, liga na véspera do encontro para todos informando o lugar escolhido”, conta. E não há um local fixo, o que dá ao grupo a oportunidade de “apreciar e avaliar a diversidade da gastronomia cearense”.



Da esquerda para a direita: Dimas, Alvarino (visitante do Rio), Nelson Gondim, Maia, Edson Marinho, Noronha Gondim, Stenio Cruz e Darcy Lira.



Da frente para o fundo, à esquerda: Edson Marinho, Maia, Eliezer Magalhães, Noronha Gondim, Xavier e Paulo Aragão (quase invisível); à direita: Nelson Gondim, Mirtis, Sílvia Gaspar, Dimas, Stenio e Gladstone

Velocidade x ansiedade

Tática contribui no alívio do estresse e do trabalho cotidiano

Seis da tarde de sexta-feira. André Valente desce do 24º andar do edifício do Banco Central do Brasil na Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro, devidamente trajado. Correndo, chegará à Lagoa Rodrigues de Freitas, próxima à sua residência, antes dos automóveis e ônibus. O treino, que desafia o trânsito fechado do horário, é uma das maneiras do maratonista manter-se em forma, somado à prática diária de exercícios feitos antes ou depois do expediente, das 9 às 18 horas.

Engenheiro, aos 45 anos André prepara-se para participar da maratona “Do Atlântico ao Índico em 56km”, na Cidade do Cabo, África do Sul, em 30 de março. Em meio a esse período, continuará integrando outras meio maratonas, aproveitando finais de semana ou feriados. Conta 145 medalhas por “participação” em várias cidades do Brasil e duas no exterior. No domingo, 2 de dezembro, integrou o “Circuito das Águas”, no Aterro do Flamengo.

Recuperado de duas cirurgias para “consertar” a tíbia, a primeira em janeiro e a segunda em agosto de 2011, André deixou a muleta há 13 meses. Tinha as pernas arcadas e sofrera uma



“

*Não existem fronteiras sociais ou
critério de idade.*

*A maratona socializa e
respeita o desafio de cada um.*”

lesão em 2010. A correção também objetivou evitar danos futuros, comuns nesse esporte. Em março deste ano já corria novamente.

Nadador na infância e arriscando um pouco o futebol, descobriu o *hobby* por volta dos 13 anos. Sempre por iniciativa e conta próprias, inscrevia-se, e no dia da corrida, avisava os pais, pegava o ônibus, participava e voltava para casa.

Aos 14, subiu correndo até o Cristo Redentor. Pouco tempo depois, estreou como “corredor” na travessia da Ponte Rio-Niterói. Daí em diante, não parou mais.

A primeira maratona, também no Rio, deu-se em 2004. No ano anterior, entrou no Banco Central. A vaga, surgida em São Paulo, favoreceu a prática. Lá, integrou uma equipe de 10 colegas também apaixonados pela modalidade.

André diz que as corridas favorecem o controle de ansiedade. Como na engenharia, é preciso estabelecer metas e desafios. Não treina por treinar. Embora correr seja um ato solitário, é, ao mesmo tempo, uma ação participativa. “Não existem fronteiras sociais ou critério de idade. A maratona socializa e respeita o desafio de cada um”, ensina.



Educação a Distância:

alternativa para capacitação de profissionais



Por Larissa Alberti

O mundo está em constante evolução e para acompanhar as mudanças e novas tecnologias é fundamental que o profissional mantenha-se atualizado na sua área de atuação. Porém, cada vez mais exigido no mercado, o profissional, muitas vezes, não encontra tempo para conciliar estudos à rotina atarefada do dia a dia. Por isso, a educação a distância é a solução ideal para que profissionais invistam na carreira e, como consequência, ofereçam melhores resultados nos trabalhos desempenhados.

A educação a distância - EAD permite aos profissionais gerenciar

tempo e local de realização das atividades de acordo com preferências e características individuais de aprendizado, aumentando a retenção dos conteúdos. Na EAD, o aluno é quem decide quando, onde e como estudar, desenvolvendo a disciplina ideal para o aprendizado. Apesar da relação entre estudante e professor não ser física, o envolvimento do aluno com os estudos é ainda maior na educação a distância, haja vista que a participação de cada um torna-se fundamental para a integração da turma. O aluno é estimulado para se dedicar ao estudo por completo, com a flexibilidade necessária que permite ritmos de estudos diferenciados e adequados a rotina.

Com o objetivo de ampliar o acesso à educação de qualidade e investir na capacitação profissional dos trabalhadores, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL) firmou convênio com o wPós para a oferta de cursos

de Pós-Graduação a Distância. O profissional capacitado pode obter benefícios na carreira, como aumento na remuneração, por exemplo. Além disso, adquirir e renovar o conhecimento é indispensável para o desenvolvimento intelectual.

Conheça algumas vantagens da EAD:

- *Superação de barreiras geográficas e redução de custos com transportes*
- *Flexibilidade de tempo, respeitando o ritmo do aluno*
- *Aluno como o centro do processo de aprendizagem*
- *Atualização constante de conteúdos*
- *Suporte eletrônico e pedagógico com profissionais qualificados*
- *Professores e tutores que auxiliam nas atividades e estudos online*
- *Turmas que se iniciam todos os meses*
- *Grande oferta de cursos*

wPós
Pós-Graduação a Distância

O convênio entre o **SINAL** e o **wPós** garante a você e seus dependentes condições especiais de pagamento. São mais de **250 cursos de Pós-Graduação a Distância** em 33 áreas do conhecimento.

Algumas áreas em destaque:

- Administração Pública
- Direito
- MBA
- Licitações e Contratos
- Gestão

AVM
FACULDADE INTEGRADA

0800 604 2210
www.wpos.com.br

Credenciamento pelo MEC - Portaria 1663 de 6 de Outubro de 2006

com você em 2013!

Motivos para comemorar, 2012 foi um ano de realizações. Juntos alcançamos metas, partilhamos conhecimento e oferecemos suporte para importantes situações. Família é isso!

Que 2013 venha nos contemplar com boas perspectivas, conquistas e mais amigos. Que neste ano façamos a diferença. Conte conosco e boas festas!

Um abraço, Família

 **Fenasbac**

www.fenasbac.com.br

PARCEIROS COMERCIAIS:

Icatu
SEGUROS

EXECUTIVA
CORRETORA DE SEGUROS

SICREDI
ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

 **Liberty**
Seguros

O Instituto Fenasbac de Excelência Profissional®, ligado à Federação Nacional das Associações dos Servidores do Banco Central, tem por finalidade a promoção, em todo território nacional, de eventos destinados à formação e desenvolvimento de profissionais nas áreas econômica, financeira e de gestão corporativa.

A metodologia utilizada pelos educadores do Instituto caracteriza-se por sua abordagem eminentemente vivencial, ou seja, aquela centrada na experiência e no perfil do participante, que é permanentemente incentivado a experimentar comportamentos sustentados na teoria e prática preconizados pelos princípios da inovação, comunicação, influência e auto-conhecimento. Dessa forma, são desenvolvidas as denominadas competências duráveis, ou seja, aquelas que uma vez adquiridas, não mais são perdidas, e são definitivamente incorporadas ao repertório profissional do indivíduo.

Dentre os produtos que constam atualmente do portfólio do Instituto Fenasbac, destacam-se, além dos cursos instrumentais, os programas de formação profissional, tais como o Programa de Formação de Líderes de Alta Performance, o de Economia para não Economista, o de Formação Contábil para não Contadores e de Desenvolvimento da Inteligência Financeira.

Todos os produtos do Instituto sem descuidar, em momento algum, de uma sólida base teórica, priorizam a instrumentalização do aluno, de modo que este saiba transferir o aprendizado para seu cotidiano profissional, aplicando de forma consistente o conhecimento adquirido.

Para Gerson Bonani, Diretor Executivo, “o Instituto está sendo construído por profissionais oriundos do Banco Central, do Banco do Brasil, do mercado financeiro e do meio acadêmico. Todos com grande expertise em suas áreas de atuação. Você, funcionário do Banco Central, da ativa, aposentado ou em vias de aposentadoria, pode até nem ter plena consciência de suas qualificações e potencialidades, mas tenha certeza de que o Instituto terá um meio de aproveitá-las em benefício da qualificação profissional de muitas pessoas, em muitos segmentos produtivos. Inscreva-se em nosso site (<http://www.ifenasbac.com.br>).

Queremos contar com você em 2013!”

O Congresso e o interesse do servidor do Banco Central

Antônio Augusto de Queiroz I Diap
José Ricardo da Costa e Silva | Diretor do Sinal

O ano legislativo de 2012 foi marcado pelo debate e deliberação de quatro assuntos relevantes para os servidores públicos e, em especial, os do Banco Central, a aprovação da PEC 270, a instituição da previdência complementar, a apresentação da PEC 147 e as negociações salariais para início de 2013. O ano de 2013 terá como desafio, entre outros assuntos relevantes a regulamentação do direito de greve e dos acordos salariais, a aprovação na CCJC da PEC 147 e criação de Comissão Especial para examinar seu mérito e o exame e aprovação da PEC 555.

O primeiro assunto relevante de 2012 foram os debates e negociações que levaram à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 270/2008, da deputada Andreia Zito (PSDB/RJ). A PEC foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados em 14 de fevereiro e nos dois turnos no dia 20 de março no Senado Federal. Após tramitação rápida no Congresso Nacional, a PEC 270 transformou-se na Emenda Constitucional (EC) n.º 70/2012 cuja promulgação ocorreu no dia 29 do mesmo mês. Com a nova emenda, a Constituição garante ao servidor que entrou no serviço público até 31.12.2003 e aposentar-se por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade. A proposta corrige injustiças criadas pela Emenda Constitucional n.º 47/2003, que

gerava perdas dos benefícios dos servidores públicos aposentados por invalidez. O novo texto constitucional garante a quase 100 servidores aposentados do Banco Central o direito ao recálculo de suas aposentadorias por invalidez protegidas pela Lei, com proventos de acordo com a expectativa de aposentadoria e paridade com os servidores da ativa. A mesma proteção está assegurada aos servidores que, por infortúnio, necessitem encerrar suas atividades antecipadamente.

Outro assunto relevante para os servidores, principalmente para os que entrarem a partir de 2013 foi a aprovação do Projeto de Lei n.º 1992/2007, que instituiu o regime de previdência complementar para o servidor público. O assunto polêmico foi motivo de muitos debates entre os servidores do Banco Central e entre categorias de servidores públicos. O Sinal teve papel importante para minorar os problemas do projeto originalmente apresentado, mas o texto aprovado traz pontos polêmicos e gera incerteza quanto à aposentadoria dos servidores públicos no futuro, o que torna pouco aconselhável a opção dada aos servidores que entraram até este ano de migrar do regime antigo para o sistema de previdência complementar. O novo regime foi promulgado em maio deste ano e deve entrar em vigor no início de 2013.

Em março, o deputado Amauri Teixeira (PT/BA) apresentou a PEC n.º 147 para fixar a remuneração do



cargo de nível máximo do Banco Central do Brasil em 90,25% do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Essa é a matéria mais importante para os servidores do Banco Central e está em consonância com a importância da Instituição e com o trabalho que realiza para a nação. A Proposta da PEC 147 surgiu como um desmembramento do intenso trabalho do SINAL junto aos membros da Comissão Especial da PEC 443/2009 (que dá o mesmo subsídio aos membros da AGU), com auxílio do presidente da Comissão Especial, José Mentor (PT/SP), e do deputado Amauri Teixeira. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara, onde recebeu parecer favorável à sua admissibilidade pelo deputado Alessandro Molon (PT/RJ).

Apesar da resistência do governo quanto a sua aprovação na CCJC, o SINAL trabalha por sua aprovação e acredita que a tendência é que a matéria seja aprovada na CCJC e encaminhada para análise de mérito em Comissão Especial com colegiado similar ao da PEC 443.

No meio do ano a polêmica em torno da do decreto que regulamentava a Lei de Acesso às Informações incomodou os servidores públicos e seus sindicatos buscaram apoio parlamentar para evitar informações sobre os vencimentos individualizados. Para o SINAL, embora a matéria da Lei seja um avanço na transparência da Administração Pública, a disponibilidade dos salários individuais cria riscos à integridade, pois permite a malfeitores acesso a informações pessoais dos servidores.

Devido às eleições municipais deste ano, os trabalhos legislativos do segundo semestre ficaram muito comprometidos, reduzindo a deliberação de matérias de interesse dos servidores, em particular dos servidores do Banco Central.

No entanto, as greves dos servidores públicos federais e as dificuldades que a maior parte das carreiras tiveram em fechar um acordo com o governo, levou à uma

intenso trabalho de convencimento parlamentar. Além disso, as questões do direito de greve e da negociação coletiva voltaram à ordem do dia. Os parlamentares começaram a discutir os projetos que discutem o direito de greve dos servidores. Além do PL 4497/2001, da então deputada Rita Camata e do PLS 710/2011, do senador Aluysio Nunes, existe uma série de iniciativas dos servidores públicos, nas quais o Sinal participa para negociar a apresentação de um projeto alternativo, que ao tempo que proteja o direito de greve, regulamente as negociações coletivas e as datas bases.

O processo do mensalão no STF e o consequente questionamento sobre a legalidade e legitimidade da reforma previdenciária de 2003 fortaleceram os debates em torno da PEC 555/2006. A referida PEC reduz em 20% ao ano a contribuição previdenciária dos aposentados a partir dos 60 anos e isentam aqueles aposentados com mais de 65 anos. Para Sérgio Belsito, presidente do Sinal, diante da gravidade das notícias dos relatórios do julgamento no STF de que alguns parlamentares teriam recebido recursos para votar pela reforma, a aprovação da PEC 555 seria uma forma intermediária de reduzir os efeitos danosos da questionada reforma.

A expectativa do Sinal é que o ano de 2012 se encerre com a aprovação do PL que institua o reajuste salarial dos servidores do Banco Central nos próximos três anos, conforme o consagrado no PL 4371/2012 para outras carreiras do Ciclo de Gestão e aprovado em assembleia com quase dois mil servidores em todo o país.

O direito de greve e a regulamentação dos acordos trabalhistas entre governo e servidores devem dominar parte do trabalho do Sinal junto aos parlamentares em 2013. A pressão para que a PEC 147/2012 avance na CCJC e para que seja instituída sua Comissão Especial (onde se examina o mérito da questão) será assunto primordial para o Sinal neste ano que entra. Também a aprovação da PEC 555 deve drenar muitos dos esforços dos sindicatos representativos em 2013.

Ilha do Mel abriga histórias e belezas naturais

Guardiã das principais baías do Paraná, a Ilha do Mel tem a Floresta Atlântica mais preservada do país.

Patrimônio de toda a humanidade, 90% de seu território são áreas de proteção ambiental. As colônias e comunidades de pescadores não estão na área do parque. Com diversas praias desertas cercadas por muito verde, manguezais, restingas e Mata Atlântica, a ilha abriga orquídeas, bromélias, uma rica vida marinha, e um grande número de aves, entre elas o papagaio-chuá ou de-cara-roxa, incluído na lista de animais em extinção, a garça-azul, garça moura, saracura, biguá e o colhereiro.

Com uma área de 2.762,00 ha, seus morros e planícies têm trilhas que dão acesso a diversas praias e atrações turísticas, destacando a Gruta, a Fortaleza e o Farol das Conchas.



Origem do nome

São várias as versões. Antes da Segunda Guerra Mundial o local era conhecido como a ilha do Almirante Mehl, que se dedicou à apicultura. Marinheiros aposentados que ali viviam dedicavam-se a essa cultura, exportada até os anos 60. A água doce ali existente contém mercúrio, que, em contato com a água salgada causa uma coloração amarela, semelhante à de favos de mel.

Os índios Carijós que viviam na região apreciavam muito o mel de abelhas, ou, ainda, a ilha seria entreposto para compra de farinha (*mehl* em alemão).



No século XVIII, por sua localização estratégica era considerada de vital importância na defesa do Porto Dom Pedro II, um dos mais movimentados do país na época.

Construída em 1767, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, ou Fortaleza da Barra, garantia a segurança da região e do porto por onde eram embarcados produtos extraídos do continente, como a madeira, erva-mate e o ouro.

Em 1850 houve uma batalha contra o vapor de guerra inglês Cormorant, que aprisionou três naus brasileiras carregadas de escravos. Os canhões da fortaleza cuspiram fogo e o evento ficou conhecido como "Combate Cormorant". Da fortaleza restam apenas ruínas hoje tombadas pelo Patrimônio Histórico e os canhões apontados para a entrada da baía.

O Farol das conchas, erguido em 1872 por ordem de Dom Pedro II, é considerado uma das grandes obras de engenharia da época. Sua escadaria com centenas de degraus levam a um dos mais belos

locais de nosso litoral, que proporciona visão a toda a região e serra do mar.

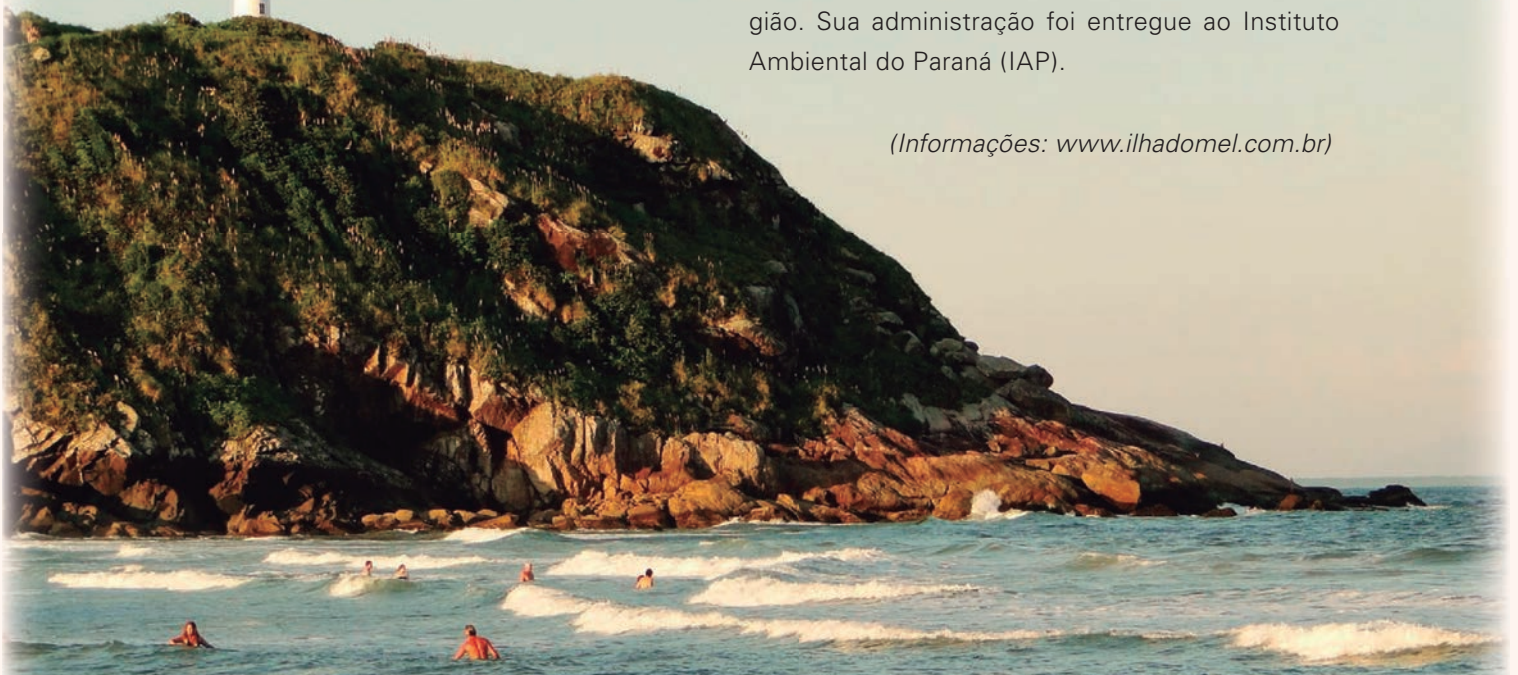
A Gruta das Encantadas está envolta em lendas e histórias fantásticas. É uma cavidade natural, ao nível do mar, localizada ao sul da ilha. Guarda segredos ainda envoltos em mistérios. Dizem que lindas mulheres, em noite de luar, apareciam e encantavam os visitantes que, andando



distraidamente pela praia, aproximavam-se da gruta e desapareciam misteriosamente para sempre.

Em 1992, durante a Conferência Rio-92, a ilha foi elevada à condição de Reserva da Biosfera, preservando as belezas naturais, fauna e flora da região. Sua administração foi entregue ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

(Informações: www.ilhadomel.com.br)





Nova destinação de superávit será paga a partir de 2013

Os participantes vinculados à Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus deverão receber, a partir de 2013, a reversão de parte da reserva especial do Plano Básico de Benefícios - PBB. A exemplo da destinação anterior, a reversão se processará em 36 parcelas mensais e levará em consideração o valor dos benefícios pagos em dezembro aos mais de 1.500 aposentados e pensionistas do Plano.

A nova destinação, em montante estimado de R\$ 1,1 bilhão, terá como base a reserva especial registrada em 2009 e que se manteve estável no período de 2010 a 2012. Em dezembro deste ano, a Centrus pagará a 36ª parcela da destinação anterior. Vale lembrar que as parcelas creditadas aos assistidos são corrigidas anualmente, ao passo que o fundo previdencial de onde são retirados esses valores recebe atualização mensal. Com isso, a capitalização efetuada no fundo deverá propiciar o pagamento de parcela adicional em janeiro e de resíduo em fevereiro. "Os beneficiários são ex-funcionários do Banco Central aposentados até o final de 1990 e dependentes que recebem pensão da Centrus", explica o diretor de Benefícios da Fundação, Antonio Francisco Bernardes de Assis.

O tratamento dos resultados apurados em planos de benefícios está previsto nos arts. 20 e 21 da Lei Complementar nº 109, de 2001, e na Resolução CGPC nº 26, de 2008. Esses resultados, quando superavitários, devem ser direcionados primeiramente para formação da reserva de contingência, correspondente a 25% do total dos compromissos previdenciais do plano, as denominadas provisões matemáticas; o que exceder, constitui a reserva especial e deve ser utilizado na revisão do plano, sendo a destinação de recursos uma de suas formas. A revisão pode ser voluntária ou obrigatória. É obrigatória quando os valores da reserva especial deixam de ser utilizados por três exercícios

consecutivos. Quando deficitários, os resultados devem ser equacionados com o concurso dos patrocinadores e dos participantes, na proporção das contribuições regulares devidas ao plano de benefícios. "Estima-se que o processo que irá possibilitar a reversão dos valores aos assistidos do PBB e ao patrocinador Banco Central, na proporção de 50% para cada parte, esteja concluído até o final de abril de 2013", informa o diretor, acrescentando que o pagamento das parcelas deverá ser feito retroativamente a janeiro.

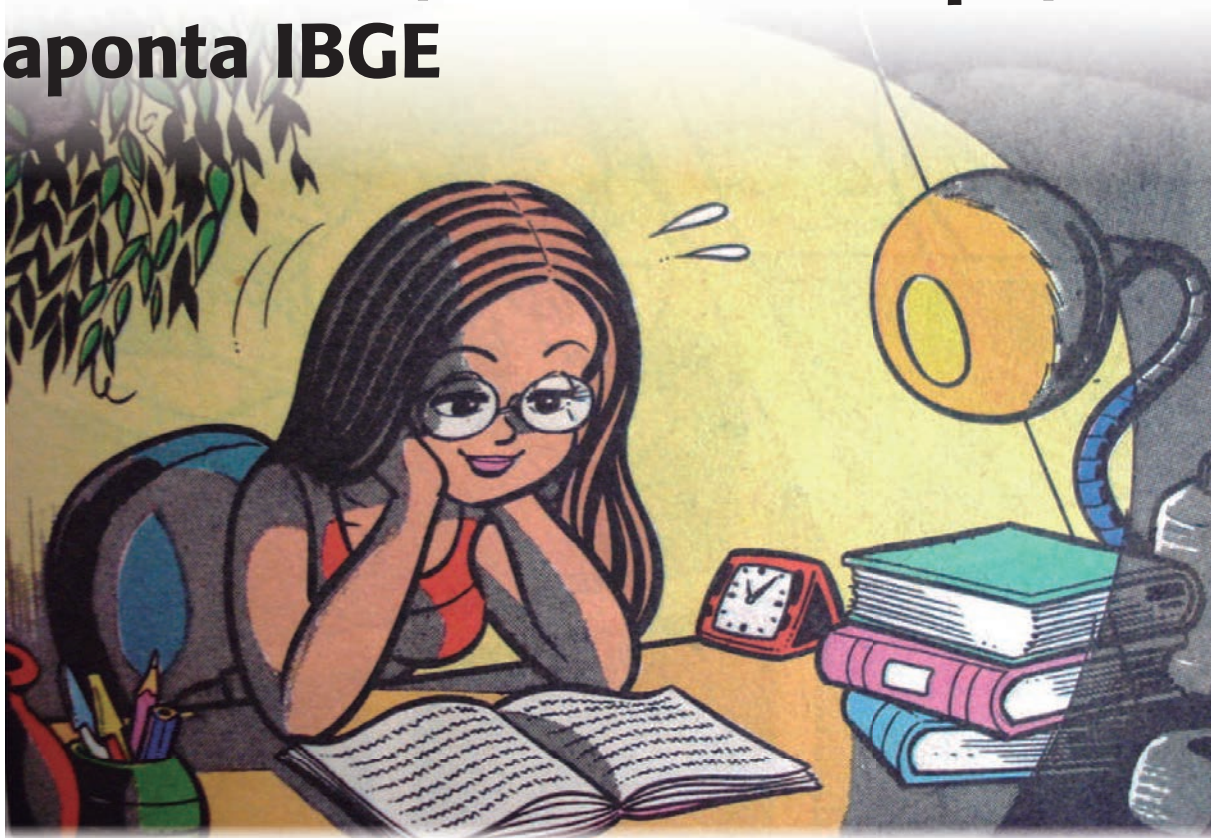
Convênio Centrus/INSS

Outra boa notícia para os aposentados e pensionistas da Centrus: estão sendo ultimadas as providências para a celebração de novo convênio com o INSS, que garante o pagamento dos benefícios de responsabilidade daquele Instituto juntamente com os proventos pagos pela Fundação.

Desta vez, o convênio levou mais tempo para ser trabalhado. O anterior, firmado no primeiro semestre de 2007 e vencido em maio de 2012, foi aditado em junho, para vigorar por apenas seis meses. Antes de vencer o prazo estipulado, a Centrus conseguiu avançar nas tratativas com a Diretoria de Benefícios e a Gerência Executiva do INSS no Distrito Federal e acertar a renovação por mais cinco anos. "A celebração do convênio representa uma grande conquista para os assistidos da Fundação, pois possibilita a continuidade do pagamento mensal dos benefícios da Previdência Social e da Centrus na mesma data e conta bancária de preferência dos aposentados e pensionistas", informa o diretor de Benefícios, Antonio Francisco, que finaliza: "E isto é agora possível graças ao concurso da AAFBC e da Abace, que tiveram participação importante nas negociações".



Mais educação = mais ocupação, aponta IBGE



Dados do Censo divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 19 de dezembro mostram que o percentual de mulheres que frequentam o ensino superior já é maior que o de homens no Brasil.

Em 2010, entre o total de pessoas com 25 anos ou mais, 12,5% de mulheres e 9,9% de homens tinham o curso superior completo. Entre as pessoas ocupadas, na mesma faixa etária, o percentual era maior, 19,2% de mulheres e 11,5% de homens.

A informação mais preocupante apresentada pelo Censo é também um alerta: o percentual de pes-

soas com o nível fundamental incompleto ou sem instrução chegava a 49,3% da população. Nas cidades, esse índice era, em 2010, de 44%, e nas áreas rurais, 79,6%.

A realidade da educação reflete-se, portanto, diretamente no mercado de trabalho: na mesma faixa de idade, entre os que não têm alfabetização ou com o fundamental incompleto, o índice de ocupação era de 51,8%; já entre os que contavam com o nível superior, a ocupação era de 81,7%.

Os dados do Censo do IBGE 2010 podem ser vistos em www.ibge.gov.br.



Novo CD de Neto Fagundes homenageia poetas regionalistas



O novo disco, o sétimo de sua carreira, tem chamamé, chacarera e outros ritmos da fronteira. Mas não é a trilha sonora de um baile. É uma homenagem aos poetas da música regionalista.

“Convivi com compositores missioneiros como Jayme Caetano Braun e Cenair Maicá nos festivais da Barranca, levado pelo meu tio Nico e pelo meu pai, Bagre. Foi aí que comecei a conviver com o estilo deles. Hoje, achei que as músicas mereciam uma roupagem diferenciada”, explica Neto.

O título do disco, *O Pago em Cada Canção*, vem de um verso de Origens, música que aparece na abertura do programa Galpão Crioulo: “Eu sou o moço que canta/ O pago em cada canção/ E traz na própria garganta/ O eco do seu violão”. O título presta homenagem aos cancioneiros da música regional. Além de Jayme Caetano Braun e Cenair Maicá, o CD contempla músicas de Mauro Moraes, Jerônimo Jardim, Telmo de

Lima Freitas, Fernando Corona e Jean Garfunkel, entre outros.

A obra é como uma trilha sonora para *O Tempo e o Vento*. São músicas que têm uma época e ganham, aqui, uma releitura. Ao mesmo tempo, encontramos um compositor paulista, Jean Garfunkel, e um gaúcho que mora no Rio, Fernando Corona, conhecedores da música do estado. É uma visão do regionalismo brasileiro.

Coube a Paulinho Fagundes a produção do disco, gravado em Porto Alegre e mixado e masterizado no Rio.

Entre os músicos que participam, estão Luciano Maia (acordeom), Ricardo Arenhaldt (percussão), Rodrigo Maia (baixo acústico) e Ernesto Fagundes (bombo leguero).

Lançado no sábado, 15 de dezembro, o CD pode ser adquirido nas bancas do Rio Grande do Sul, na compra do jornal *Zero Hora* mais R\$ 15,90. Os que estão mais distantes podem solicitar pelo *email* netofagundes@terra.com.br.

Euclides Fagundes Neto, conhecido como Neto Fagundes, nasceu em Alegrete (RS) em 1963. Cantor, compositor e radialista, apresenta o programa Galpão Crioulo, da RBSTV. É o mais velho dos cinco filhos do casal Marlene e Bagre Fagundes. “Os Fagundes”, como chamam sua família, é conhecida por sua contribuição à música regional gaúcha.

JÁ SOMOS MAIS DE 6000

Trabalhamos há mais de 24 anos na defesa dos servidores do Banco Central. Nesse período, conquistamos a remuneração paga na forma de "subsídio", o reconhecimento como carreira estratégica do Estado, a manutenção e a melhoria do plano de saúde e da qualidade de vida no trabalho. Nas áreas jurídica e política defendemos o conjunto da categoria, e não apenas nossos filiados.

Fazer parte dessas e de outras conquistas te interessa?



www.sinal.org.br

S.C.S.Q. 1 Bl. G Edifício Baracat, salas 404/406
Asa Sul- Brasília/DF | Cep 70.309-900

SINAL
seu lugar é aqui

